



A PERÍCIA VETERINÁRIA NO COMBATE AO TRÁFICO ILEGAL DE ANIMAIS SILVESTRES - REVISÃO DE LITERATURA

Lucas de Oliveira Andrade¹

Bruna Eduarda Figuerêdo Lima¹

Raquel de Brito Fontenele¹

Islla Raquel Medeiros da Silva²

Paloma Medeiros Ferreira³

RESUMO

O tráfico ilegal de animais silvestres é uma das atividades criminosas mais lucrativa ameaças e devastadora, representando uma das maiores ameaças à biodiversidade. Esse comércio ilegal não só é altamente lucrativo, mas também causa sérios impactos ecológicos, como a diminuição de ecossistemas inteiros e a perda irreparável de espécies. A destruição dos habitats naturais e a remoção de espécies-chaves afetam toda a rede ecológica, resultando em desequilíbrios que podem comprometer a saúde e a funcionalidade dos ecossistemas. Além dos efeitos ambientais, o tráfico de animais acarreta significativos riscos econômicos e à saúde pública, uma vez que muitos desses animais podem ser vetores de doenças zoonóticas, o que pode desencadear surtos e epidemias, colocando em risco tanto à saúde pública quanto a saúde animal. A medicina veterinária legal tem se destacado como uma ferramenta crucial no combate a esse tipo de crime, utilizando técnicas forenses avançadas. Os peritos veterinários são capazes de investigar, identificar e caracterizar lesões, traumas e na coleta de provas materiais para fornecer evidências concretas em processos legais. A análise de casos emblemáticos revela como a perícia veterinária tem contribuído de forma significativa para a identificação dos responsáveis e a aplicação da legislação ambiental, reforçando a importância dessa área na proteção da fauna silvestre e na conservação de biodiversidade. Um exemplo notável é a operação bem-sucedidas, como a “Arca de Noé”, realizada em 2024 pela polícia civil do Rio de Janeiro em colaboração com a Polícia Rodoviária Federal, demonstra a eficácia da perícia veterinária na luta contra o tráfico de animais silvestres.

Palavras-chave: Medicina Veterinária legal. Perícia Veterinária. Legislação ambiental.

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária – Christus Faculdade do Piauí. E-mail: lucasoliveiraandrade2001@gmail.com; brunna.eduardafl@hotmail.com; britol8kel@gmail.com

² Médica Veterinária – UFPI. Médica Veterinária – UFPI. Pós Graduação em Clínica Médica e Cirurgia de Pequenos Animais – QUALITTAS. Pós Graduação em Docência do Ensino Superior – IESM. Pós Graduação em Saúde Pública – IESM. Docente do curso de Bacharelado em Medicina Veterinária – Christus Faculdade do Piauí. E-mail: isllamedeiros91@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais demandas para peritos médicos veterinários é a investigação forense dos crimes contra a fauna. No Brasil, grande parte dos crimes contra a fauna está relacionada ao tráfico de animais silvestres, que é a expressão rotineiramente utilizada para designar as atividades que envolvem a captura, transporte e comércio ilegais de animais silvestres. Como consequências, vemos o declínio e extinção de populações, maus-tratos aos animais, riscos para a saúde pública, além da redução da biodiversidade, representando grave ameaça a inúmeros processos que sustentam a vida no planeta (TULIO, 2018)

A Medicina Legal Veterinária é a especialidade que trata do uso forense dos conhecimentos médico-veterinários, aliadas a outras ciências, para o esclarecimento de situações de Direito. Os exames forenses envolvem, por exemplo, a investigação de lesões e traumas, a sua caracterização e identificação dos respectivos agentes vulnerantes, objetos da Patologia Veterinária Forense. Mas a Ciência do Bem-estar Animal também se consolida como importante ferramenta na investigação de crimes contra a fauna, ao fornecer as bases necessárias ao entendimento dos diversos contextos nos quais os animais estão inseridos, permitindo análise de fatores ambientais, emocionais, saúde física, estado nutricional, sociabilização, estresse e comportamento (TULIO, 2018).

No Brasil, de acordo com a “Lista Oficial das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção”, publicada em 2022, das 8.537 espécies da fauna avaliadas, 1.249 foram consideradas ameaçadas (ICMBIO, 2022).

Desse modo, a resolução de crimes que envolvem animais domésticos, selvagens ou exóticos se tornou mais relevante nos últimos tempos (TREMORI et al., 2013).

2 OBJETIVO

Evidenciar desafios os médicos veterinários legais passam nas investigações dos casos de tráfico de animais silvestres, e o impactos sofridos na fauna brasileira.



3 MÉTODO

Este artigo científico foi realizado através de revisão literária e possui caráter descritivo. Para fundamentar a revisão foram selecionados trabalhos científicos como artigos acadêmicos, teses, dissertações e livros de literatura nacional. No levantamento bibliográfico foram utilizados meios digitais para obtenção de informações científicas como o Google Acadêmico, Pubvet e ScieELO. Para selecionar os trabalhos científicos foram utilizados critérios relacionados ao ano de publicação e termos de busca como: perícia, medicina veterinária legal, tráfico ilegal de animais silvestres e perito médico veterinário. Os trabalhos selecionados abordam diversos aspectos sobre a perícia médica veterinária e o seu envolvimento no combate ao tráfico de animais silvestres, além da medicina veterinária legal na atuação do médico veterinário, bem como os aspectos jurídicos envolvidos em nosso país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui está a correção do seu texto, mantendo a clareza e coesão das ideias: --- Esta ciência estuda os vestígios intrínsecos ao corpo de delito, para verificar a existência ou não de provas que comprovem algum crime (Nucci, 2006). Isso significa que o médico veterinário pode lidar tanto com vítimas vivas quanto com vítimas que vieram a óbito. O exame de corpo de delito é fundamental para fornecer informações especializadas, como, por exemplo, a compatibilidade entre lesões e eventos, abuso, acidentes ou negligência, com a possibilidade de realizar coleta de material biológico para diagnósticos laboratoriais. Vale salientar que os exames de traumatologia forense e cadavérica exigem conhecimento sobre diagnósticos necroscópicos (Batista et al., 2022). Também há situações em que esse procedimento se torna inviável, como em casos de injúria, ameaças verbais e invasão de domicílio (Bastos; Orçai, 2007; Tremori e Rocha, 2013).

Atualmente, devido à globalização, as pessoas têm maior acesso à informação, o que gerou mais conscientização sobre os direitos dos animais, a conservação de seus habitats e até mesmo sobre produtos de origem animal. Esses fatores tornaram a resolução de crimes contra animais mais relevante (Tremori et al., 2013), o que é consequência das ações dos peritos



veterinários, que, por meio de seus esforços, têm feito a medicina forense avançar. Entretanto, essa atividade clandestina é uma das que mais gera renda, cerca de 10 bilhões de dólares anuais a nível mundial, segundo o GFI, um centro de pesquisa de Washington.

O Brasil participa com uma fatia de 5% a 15%, o que equivale a aproximadamente 700 milhões de dólares. Infelizmente, mesmo com a atuação de profissionais dedicados, ainda há muitos casos de tráfico de animais. Cerca de 38 milhões de animais silvestres são vítimas desse comércio por ano (Revista Arco, 2020), o que demonstra uma linha do tempo decrescente na biodiversidade, perceptível pelos números do ICMBio, que aponta que 18,1% das espécies estão ameaçadas de extinção, totalizando 1.173 espécies. No topo da lista estão os mamíferos, com 7,5%, seguidos pelos répteis, com 6,5%.

Com esses fatos, é possível afirmar que a frase "Animais silvestres são aqueles que vivem em um ambiente natural e que não têm contato (ou não deveriam ter) com os seres humanos" (Deutsch & Puglia, 1990; Pinheiro et al., 1989) traz um contraponto. Segundo os autores, os animais silvestres possuem necessidades muito específicas e funções fisiológicas muitas vezes desconhecidas pela população. Ainda afirmam que esses animais, mesmo em cativeiro ou em locais domésticos legalizados, sofrem mais do que em seus habitats naturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho científico reafirma a importância crucial da Medicina Veterinária Legal na luta contra o tráfico ilegal de animais silvestres. O impacto devastador desse comércio atinge não apenas a biodiversidade, com a extinção de espécies e desequilíbrios ecológicos, mas também coloca em risco a saúde pública devido à disseminação de doenças zoonóticas. A crescente demanda por médicos veterinários legistas bem capacitados é evidente, dada a relevância de suas habilidades para identificar, caracterizar e investigar crimes envolvendo a fauna silvestre.

Além disso, o artigo destaca a importância de uma legislação rigorosa e sua aplicação efetiva para proteger os animais e preservar a biodiversidade. A formação contínua e o aprimoramento de métodos forenses modernos são fundamentais para fortalecer as ações de combate ao tráfico de animais, tornando essencial o investimento em recursos e na capacitação de peritos veterinários. Dessa forma, este estudo evidencia a relevância da perícia



veterinária na resolução de crimes contra a fauna, reforçando que, através do uso de técnicas forenses avançadas e da aplicação efetiva da legislação ambiental, é possível contribuir significativamente para a conservação da fauna silvestre e para o enfrentamento desse crime que continua a ameaçar a biodiversidade global.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. et al. Exames de traumatologia forense e cadavérico: conhecimentos sobre diagnósticos necroscópicos. 2022.

BASTOS, L.; ORÇAI, J. Procedimentos forenses e situações inviáveis: injúria, ameaças e invasão de domicílio. 2007.

DUARTE, Daniela Ferreira et al. Tráfico de animais silvestres e seus impactos no meio. Pubvet, v. 15, n. 11, p. 1-5, 2021.

DEUTSCH, L.; PUGLIA, A. Animais silvestres: necessidades fisiológicas e o impacto do cativo. 1990.

ICMBIO. Lista Oficial das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2022.

NUCCI, G. R. Manual de Direito Penal: parte geral e especial. 2. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2006.

PEREIRA, Amanda Alves; DALLA NORA, Giseli. Reflexões sobre o Tráfico de Animais Silvestres no Estado de Mato Grosso-Brasil. Biodiversidade, v. 20, n. 2, 2021.

PINHEIRO, M.; et al. Aspectos da fauna silvestre e suas interações com ambientes naturais. 1989.

REVISTA ARCO. Tráfico de animais e a redução da biodiversidade. Revista Arco, 2020.

TREMORI, A.; ROCHA, L. Importância da perícia veterinária em casos de invasão de domicílio, injúria e ameaças orais. 2013.

TREMORI, A. et al. A atuação da perícia veterinária na resolução de crimes contra animais. 2013.

TULIO, A. A importância da medicina veterinária legal no combate ao tráfico de animais silvestres. 2018.

YOSHIDA, albr. Importância do perito oficial médico no levantamento de provas nos crimes de maus tratos aos animais. Primeira edição. Av. Prof. Orlando Marques Paiva nº87. Universidade de São Paulo:03 de junho de 2013.